

## Brasil

# Mineração União muda regras para oferta de áreas sem exploração que foram retomadas e planeja licitação

## Mil jazidas inativas podem ir a leilão este ano

Daniel Rittner  
De Brasília

O governo fechou um novo modelo para a oferta ao setor privado de jazidas sem nenhuma atividade exploratória que foram retomadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e pretende licitar em torno de mil áreas no fim deste ano.

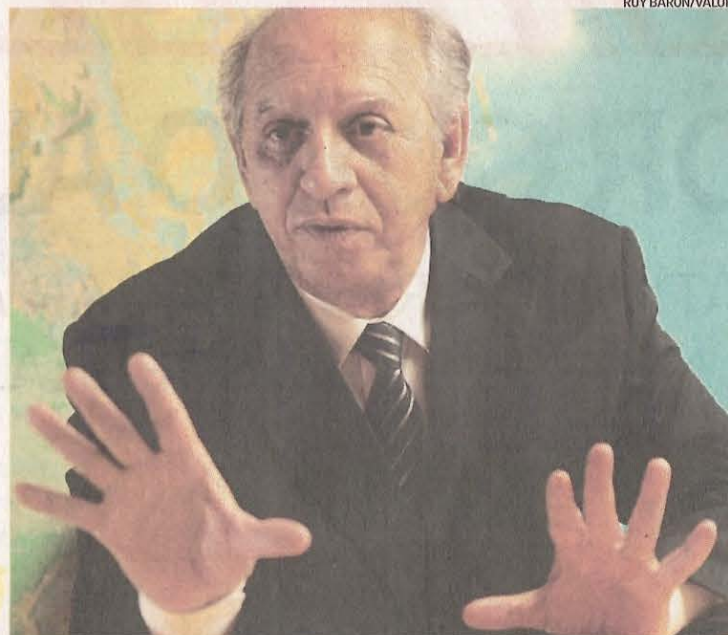
Esse pacote deve ser dividido em cinco grupos diferentes: minerais metálicos (cobre, zinco, chumbo e níquel), preciosos (ouro e diamante), ferrosos (minério de ferro), não ferrosos (fosfato e potássio) e agregados de construção (areia, argila, brita e gesso).

O DNPM, autarquia responsável pela regulação e fiscalização do setor, dispõe hoje de 21,4 mil áreas cuja exploração não foi levada adiante. Essas jazidas ficaram disponíveis por problemas como requerimentos de pesquisa negados, perda de prazo e descumprimento de exigências pelas empresas que haviam obtido o direito inicial de prospecção.

Pelo modelo vigente até hoje, quando uma área volta para a carteira do DNPM, o direito mineirário é oferecido novamente ao mercado em uma concorrência que tem a apresentação de propostas técnicas como único critério para a definição do vencedor.

É exatamente aí que começa o tortuoso caminho para a retomada dos investimentos nas jazidas, com a lentidão da máquina pública e o excesso de subjetividade nos procedimentos atuais, segundo funcionários do governo.

As propostas são julgadas por uma comissão de três servidores em cada superintendência regional do DNPM, que não têm prazo para concluir o processo. “Não temos braços suficientes para isso”, resume o diretor-geral da autarquia, Victor Bicca. Ele afirma que existem mais de oito mil áreas com propostas recebidas, mas sem análise final por parte dos técnicos. “Algumas estão pendentes há uma década. Se constituíssemos dez comissões, com 30 profissionais e levando



RUY BARON/VALOR

Vicente Lobo, secretário MME: “Vamos fomentar o investimento”

dois dias para deliberar sobre cada processo, levaríamos de oito a dez anos para limpar o passivo.”

Para Bicca, como a definição de quem assume essas jazidas se baseia exclusivamente em uma

nota para as propostas técnicas, também abre-se grande margem de subjetividade no processo. “Às vezes não se chega a um consenso dentro da própria comissão.”

O secretário de geologia e mi-

neração do Ministério de Minas e Energia, Vicente Lobo, tratou da elaboração de novas regras como um dos pilares da política mineral para destravar investimentos em pesquisa. “Esse imenso banco de áreas inativas não gera receita, nem emprego. Na medida em que houver transparência e velocidade nas decisões, vamos fomentar o investimento”, completou o secretário, que apresentou ontem a nova modelagem para representantes do setor privado.

Agora, quando houver jazidas em disponibilidade, uma concorrência por meio de pregão eletrônico será realizada no site da Receita Federal. Interessados vão ter 120 dias para apresentar oferta. O critério passa a ser bem objetivo: vence o certame quem oferecer o maior pagamento financeiro. Em um período de até 30 dias após a disputa, o vencedor deverá depositar a outorga e apresentar um requerimento de pesquisa ao DNPM, que emite então um novo direito mineirário e libera a retomada das atividades.

Lobo afirma que o ministério planeja uma primeira oferta de áreas em disponibilidade ainda neste ano, provavelmente entre novembro e dezembro, já pelas novas regras. “A ideia é ir testando e ajustando a modelagem.”

O DNPM e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), responsável pelo serviço geológico brasileiro, passaram um pente-fino nas 21,4 mil áreas do estoque. Jazidas em faixa de fronteira, terras indígenas, unidades de conservação ou com problemas fundiários já foram eliminadas.

Para cada uma das áreas que serão oferecidas ao mercado, a CPRM fez uma ficha técnica com dados abertos para qualquer interessado — como projetos aerogeofísicos existentes, dados geológicos, magnetometria. “A grande vantagem é sairmos de um modelo altamente subjetivo para outro com total transparência”, comenta o presidente do serviço geológico, Eduardo Jorge Ledsham, ressaltando o caráter inédito do trabalho.